

## A SUBSIDIARIEDADE

Doutor Hugo de Azevedo

Tornando-se cada vez mais urgente uma efectiva autoridade mundial, à medida que o processo da globalização avança, quem não receia a vinda de um Super-Estado autoritário, uniformizante, policial, onde todo o particularismo nacional e cultural desapareça?

Não o estamos sentindo já através das mil «recomendações» da ONU, da UE e de tantos organismos internacionais, que as impõem, sem recurso possível, a cada país? Bento XVI contesta energicamente essa tirania: «Para não se gerar um perigoso poder universal de tipo monocrático, *o governo da globalização deve ser de tipo subsidiário*» («Caritas in Veritate», 57).

O «princípio da subsidiariedade» funda-se na dignidade humana e consiste em que «uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna duma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências» (Catecismo da Igreja Católica, nº 1883).

Uma autoridade mundial ou regional que não respeite a competência dos governos nacionais; e uma autoridade nacional que não respeite a das autarquias, escolas, associações, empresas, comunidades, etc. (os chamados «corpos intermédios»), e sobretudo a família, base fundamental da sociedade - tais autoridades perdem o respeito por si mesmas e convertem-se em meros grupos de pressão.

Uma comparação empresarial, retirada das «Leis de Parkinson», talvez ilumine este fenómeno. Diz o bem-humorado autor que, nas reuniões de administração, os assuntos maiores costumam ser resolvidos rapidamente; os mínimos prolongam-se numa discussão sem fim. Quando se trata de um negócio de milhões, falam duas ou três pessoas que sabem dele, e os restantes acedem; mas, quando se trata da compra de uma bicicleta para o paquete, todos intervêm acaloradamente, porque de bicicletas todos julgam saber.

Isto é: quando as autoridades não sabem ou não dispõem de meios para cumprir a sua alta missão de resolver os problemas gerais (políticos, económicos, administrativos), descem do seu nível e dedicam-se a regulamentar os problemas particulares dos cidadãos, para se ocuparem de alguma coisa e mostrarem serviço.

E assim, por falta de respeito para com a ordem subordinada, em vez de servirem, esmagam as legítimas liberdades e com elas o pluralismo e a autêntica vitalidade social.